

**n. 44, jan. / mar. 2014**

---

**O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira , Daniel Amorim Assumpção Neves*

**Liberdade econômica e sanções administrativas nas reorganizações societárias**

*Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Henrique Bastos Rocha*

**Administração Pública como instrumento de garantia dos direitos fundamentais**

*Daniely Henschel, Adilson Josemar Puhl*

**Llicitação e contratação de serviços de publicidade – Reflexões sobre a Lei nº 12.232/2010 em face do direito das licitações e alguns aspectos práticos**

*Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer*

**Controle de Constitucionalidade na Constituição da República de 1934 – Revisitando a origem do quórum qualificado e da atuação do Senado Federal no modelo concreto-difuso de *judicial review***

*Marianna Montebello Willeman*

**A intervenção estadual no município por descumprimento de ordem ou decisão judicial**

*Telma Oliveira Queiroz*

**Efeito vinculante – Pressupostos para a sua compreensão e aplicação**

*Renato Rodrigues Gomes*

**Análise dos pareceres jurídicos sob a perspectiva dos elementos do ato administrativo**

*Ricardo Quartim de Moraes*

**Ainda sobre legalidade tributária – Um exame das funções eficaciais como instrumento do controle do poder de tributar**

*Éderson Garin Porto*

**Contratação pública patrocinada por organismo multilateral de crédito – Aplicabilidade da norma internacional frente à nacional**

*Renato Costa*

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Administrativo – Acórdão do Tribunal de Contas da União – Conselho de fiscalização profissional – Natureza jurídica – Autarquia federal – Exigência de concurso público – Observância do art. 37, II, da Constituição Federal – Fiscalização – Atividade típica do estado – Princípio da proteção da confiança legítima**

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Tributário – Caráter supostamente confiscatório da multa tributária cominada em lei – Violação ao preceito inscrito no art. 150, inciso IV, da Constituição Federal – Cláusula vedatória que traduz limitação material ao exercício da competência tributária e que também se estende às multas de natureza fiscal – *Quantum* da multa tributária que ultrapassa, no caso, o valor do débito principal – Efeito confiscatório configurado**

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – Demissão imotivada de sua empregada – Impossibilidade – Necessidade de motivação da dispensa**